

PARECER Nº ____/2025

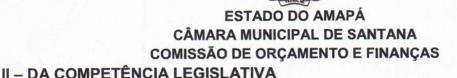
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, ao Projeto de Lei nº 75/2025 - de autoria do Executivo Municipal - dispõe sobre as normas que regulam a autorização e a fiscalização da execução de obras que interfiram no pavimento dos logradouros públicos e das obras de saneamento, pavimentação e/ou recapeamento das vias públicas, contidas no art.4º, incisos VII e VIII da Lei Complementar nº 058/2024 - PMS, no âmbito do Município de Santana, e dá outras providências.

I - RELATÓRIO

O presente parecer tem por objetivo analisar os aspectos orçamentário-financeiros do Projeto de Lei nº 75/2025 - PMS, encaminhado por meio da Mensagem nº 39/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que estabelece normas para autorização e fiscalização de obras que interfiram no pavimento de logradouros públicos, bem como de obras de saneamento, pavimentação e recapeamento no Município de Santana-AP.

Conforme justificativa do Chefe do Executivo, a proposta visa regulamentar os incisos VII e VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 058/2024-PMS, assegurando controle municipal sobre intervenções em vias públicas.

É o relatório.



Nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local. A matéria trata de ordenamento urbano e fiscalização de obras públicas, estando inserida no âmbito da competência municipal.

Não se verifica vício de iniciativa nem afronta a normas constitucionais ou legais. Assim, o projeto encontra respaldo jurídico para regular tramitação.

III - DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI

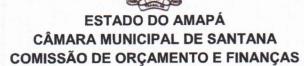
O projeto em análise cria instrumentos de controle e fiscalização sobre intervenções em vias públicas, atribuindo à Companhia de Desenvolvimento de Santana - CODESAN a competência para autorizar, monitorar e penalizar irregularidades.

A proposição apresenta-se em conformidade com a legislação federal e municipal vigente, além de prever mecanismos de controle, transparência e regulamentação por atos administrativos da CODESAN.

IV – ANÁLISE TÉCNICA E ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

A análise da Comissão conclui que:

- Compatibilidade orçamentária: a implementação do programa dependerá da disponibilidade orçamentária e será executada pela CODESAN com a estrutura existente, sem gerar impacto direto e imediato sobre o Tesouro Municipal;
- Previsão de receitas: o projeto estabelece sistema de multas aplicadas pela CODESAN, que poderão gerar receitas municipais adicionais;
- Mecanismos de controle: a execução será regulamentada por procedimentos administrativos sob responsabilidade da CODESAN, garantindo publicidade e transparência;
- Sustentabilidade financeira: as despesas de fiscalização e administração poderão ser cobertas pelas receitas geradas pelo próprio sistema de autorizações e multas.



V - VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, considerando que o Projeto de Lei nº 75/2025 - PMS atende aos princípios da legalidade, da responsabilidade fiscal e do interesse público, não gerando ônus imediato aos cofres municipais, o relator manifesta parecer FAVORÁVEL à sua aprovação, recomendando a tramitação em regime de urgência, conforme solicitado pelo Poder Executivo.

VI - CONCLUSÃO

EX POSITIS, do ponto de vista da adequação orçamentário-financeira e da legalidade, a Comissão de Orçamento e Finanças manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 75/2025 - PMS, que dispõe sobre a autorização e fiscalização de obras em logradouros públicos no Município de Santana-AP, por tratar-se de medida que promove o ordenamento das finanças públicas através de mecanismos de controle e geração de receitas.

Comissão de Finanças e Orçamento, 07 de outubro de 2025.

VOTOS PELA APROVAÇÃO

Vereador Bruno Rocha – PL PRESIDENTE - RELATOR

Vereador Francisco de Assis Lopes – PDS MEMBRO

Vereadora Elma Garcia Gomes do Nascimento - MDB MEMBRO



N - VOTO DO RELATOR

Dian e do exposto, considerando que o Projeto de Lei nº 75/2025 - PMS afendo aos princípios da legalidade, da responsabilidade fiscal e do inferesse público, não gerando onus imediaro aos coires municípios, o relator manifesta parecer FAVORÁVEL à sua aprovação, recomendando a transfação em regime de urgência, confortire solicitado pelo Poder Executivo.

VI - CONCEUSÃO

EXPOSITIS, de ponte de viste da edequação orçamentário-financeira e da legalidade a Comissão de Orçamento e Finanças manifesta-se pela acrovação do Projeto de Lei nº 75/2025 - PMS, que dispõe sobre a autorização e fiscalização de obras em logradeuros públicos no Município de Santana-AP, por tratar-se de medida que promove o ordenamento das finanças públicas suravés de medanismos de controte e geração de receitas.

Comissão de Finanças e Orçamento, 07 de outubro de 2025.

VOTOS PELA APROVAÇÃO

Vereador Bruno Rocha – Pl PRESIDENTE - RELATOR

Verezdor Francisco de Assis Lopes - PDS MEMBRO

Vercadora Ejma Gardia Gomes do Nascimento - MDB MEMBRO



VOTOS PELA REJEIÇÃO

	Vereador Bruno Rocha – PL
	PRESIDENTE - RELATOR
Voro	eador Francisco de Assis Lopes – PDS
vere	MEMBRO

Vereadora Elma Garcia Gomes do Nascimento - MDB MEMBRO

VII – DECISÃO DA COMISSÃO A COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em reunião, OPINA pelo DEFERIMENTO do Projeto de Lei nº 75/2025 - de autoria do Executivo Municipal - dispõe sobre as normas que regulam a autorização e a fiscalização da execução de obras que interfiram no pavimento dos logradouros públicos e das obras de saneamento, pavimentação e/ou recapeamento das vias públicas, contidas no art.4º, incisos VII e VIII da Lei Complementar nº 058/2024 - PMS, no âmbito do Município de Santana.



CAMARA MUNICIPAL DE SANTANA COMISSÃO DE ORCAMENTO E FINANCAS

VOTOS PELA REJEIDÃO

Vereador Bruno Roeha - Pu PRESIDENTE - PELAYOR

Vereador Francisco de Assis Loues - PDS MEMBRO

Verezdora Elma Garcia Gomes do Mascimento - MDB^{*} MEMBRO

VII - DECISAO DA COMISSAO A COMISSAO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS Em reunião, OPINA pelo DEFERIMENTO do Projeto de Lei nº 75/2/025 - de autoria do Executivo Municipal - dispõe sobre as normas que regulam a autorização e a fiscalização da execução de obras que interfiram no pavimento dos fogradouros públicos e das polas de saneamento, pavimentação e/ou recapeamento das vias públicas, consides no art. 4º incisos VII e VIII da Lei Complementar nº 058/2824 - PMS,